



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

PRESIDENTE: SANDRA SANTANA

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 02-09-2023

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Oradores não identificados
- Intervenção, expressão ou palavra ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone
- Falha na transmissão

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Declaro abertos os trabalhos da 13ª Audiência Pública de 2023 que a Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa realiza hoje, dia 2 de setembro.

Esta audiência pública foi convocada para discutir o quadro atual das Auxiliares de Vida Escolar, AVE, e a garantia do Atendimento Educacional Especializado, AEE, conforme Requerimento CCJ nº 5, de 2023, aprovado na Comissão em 19 de abril.

Informo que esta audiência pública está sendo transmitida ao vivo pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online; pela TV Câmara São Paulo, canal digital 8.3; e pelos canais da Câmara Municipal de São Paulo no YouTube e no Facebook.

A realização desta audiência pública vem sendo publicada no *Diário Oficial da Cidade de São Paulo* desde 29 de agosto.

As inscrições para a participação do público foram abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo em 30 de agosto, devendo os inscritos pelo *site* participar pela plataforma *on-line*, conforme *link* enviado por *e-mail*.

O público presente que desejar se manifestar deve se inscrever com a Secretaria da Comissão. Cada inscrito terá até três minutos para se manifestar.

Foram convidados a Secretaria Municipal de Educação e o representante do Centro de Formação e Acompanhamento à Inclusão, Cefai. Acho que o Sr. Tiago estava *on-line*. Não sei se ainda está. Alguém do Cefai está *on-line*? (Pausa) Foi convidado, também, o Sr. Ronaldo Ramos Laranjeira, Diretor Presidente da SPDM, que não confirmou. O Cefai havia confirmado. Foram convidados, também: representante do Crece Central, Conselho de Representantes dos Conselhos de Escola; Sra. Ione Oliveira, representando a Aprofem; Sra. Norma, representando o Sinesp; e Sra. Eliane Ferreira da Silva.

Vou colocar aqui as questões que nos levaram a chamar esta audiência pública, porque nosso mandato fez duas reuniões com várias AVEs para sentir isso, um pouco. Visitamos

muitas escolas e sabemos um pouco sobre como está a vida das AVEs, mas acabamos fazendo essa reunião, para fazer uma apuração mais qualificada, para lhes dar voz. Elas nos apresentaram algumas questões, sobre as quais elas também poderão falar, posteriormente.

Elas têm uma situação, no meu ponto de vista, irregular, porque elas ainda são registradas como cuidadoras de idosos. Essa profissão das AVEs ainda não está regulamentada. Acho que é uma coisa a se discutir com o Cefai.

Também há a redução de número de estudantes atendidos. Temos ido bastante às unidades e vemos que, dependendo da situação da criança, há deficiências muito mais severas que outras e que precisam de muito mais atenção. Acho que deveria haver esse cuidado. Não dá para padronizar, praticamente, igual ao que eles fazem, com seis crianças por AVE, mas deveria haver um diagnóstico dessas crianças, para requalificar a quantidade, para dar um melhor atendimento, inclusive, para essas crianças. Estou falando de crianças. Não gosto de falar, mas são nossos estudantes.

Tem havido problemas. Temos feito visitas e há mães denunciando. Por exemplo, há criança que tem de tomar insulina porque tem diabetes. Até segundo o próprio Coren, como as AVEs não têm um certificado de auxiliar técnico de enfermagem ou de enfermeira, na prática, elas não poderiam fazer esse tipo de atendimento. Inclusive, a legislação não permite que se faça isso. Então, queremos, também, discutir com a Secretaria a possibilidade de termos outro tipo de AVE com uma qualificação de auxiliar de enfermagem, para poder fazer esse atendimento. É claro que não precisa estar em toda unidade e pode ser deslocada à unidade que precisaria, mas está havendo vários casos. O pior é que há casos como o de Guaianases, por exemplo, em que, antes, a UBS mandava um auxiliar à escola para aplicar a insulina. O problema é que vai aumentando, também, a demanda nas UBSs e elas não estão fazendo esse serviço. A legislação também não é fácil. Na saúde, acho que eles também não têm essa possibilidade. Algumas faziam isso, meio no quebra-galho. Ou seja, a criança precisa estar na escola e a AVE não pode aplicar. A UBS não vai. Para ficar levando a criança, toda hora, duas a três vezes por dia, à UBS, se a UBS está a dois quilômetros, a criança vai andar quatro

quilômetros por vez em que vai para a UBS. Ou seja, são 12 quilômetros por dia. Então, ela não está na escola. Ela está só no trâmite entre a UBS e a unidade. É um direito constitucional que ela tenha de estar na escola. Então, acho que essa é uma discussão que tem de se fazer, também.

Há uma reivindicação das AVEs, de elas poderem almoçar na escola por somente 30 minutos, e não uma hora, podendo, também, sair 30 minutos mais cedo, já que há um acordo coletivo dos ATEs.

Elas falam, também, de intensificar a formação nas manobras mais características da área da saúde. Chegaram depoimentos até nós. Por exemplo, há cursos de 10 minutos que elas fazem, para tratar com sonda, que a SME está lhes proporcionando. Pelo menos, são os relatos que têm chegado até nós. Então, elas falam que os cursos deveriam ser mais elaborados, mais profundos, com mais consistência.

Algumas também relatam que precisaria haver melhorias nas condições de trabalho. Deveria haver um lugar apropriado, por exemplo, para fazer a higiene da criança, a troca de fraldas e uma série de coisas. Às vezes, não há lugar apropriado. Há unidade que tem lugar apropriado. Há unidade que não tem. Então, às vezes, o local onde vai ser trocada a fralda da criança, o trocador, é improvisado. Não há um lugar específico para isso. Pega sempre um espaço improvisado na unidade. Uma série de questões.

Claro, que aqui a gente não é o sindicato, os sindicatos estão aqui, apesar de que elas, também, não fazem parte de algum dos sindicatos representados aqui, mas o salário é muito pouco. Elas ganham em torno de 1586 reais. Tem um dissídio, agora, me parece que será pago em duas vezes. Recebem em torno de 162 reais de VA; 18 reais de VR e 190 reais de vale transporte.

Outra questão que elas falaram, é do deslocamento de suas residências para as unidades escolares. Tem AVE que mora na zona Norte, atende na unidade na zona Sul. E vice-versa. A empresa poderia pensar de como fazer um sistema de deixar que as AVEs fiquem localizadas em unidades próximas as suas residências, para facilitar a vida delas e com isso

melhorar o atendimento. Não adianta o AVE ficar no transporte por duas, chegar cansado no seu local de trabalho. Então tem várias questões que elas colocaram e acho que elas vão colocar aqui pessoalmente.

O representante do Cefai entrou *on-line* ou saiu e não voltou mais? (Pausa) Não!

O certo é ter um representante do Cefai aqui – ele tinha entrado e saiu. É um descabro a SME não estar aqui. Foi conversado, sabiam da audiência pública. Vamos continuar nossa audiência depois iremos fazer todo um relato e marcar uma reunião específica com Secretário para levar uma Comissão de AVE e todo o diagnóstico que foi tirado nessa audiência pública. Nós, na reunião da CCJ - caso demore essa reunião com Secretário – vamos pedir outra audiência, não como convite, mas como convocação. Convocação eles não podem deixar de estar presente.

Passo a palavra a Sra. Ione Oliveira de Carvalho Maciel, do Aprofem.

A SRA. IONE OLIVEIRA DE CARVALHO MACIEL -Bom dia a todos! Sou Ione Maciel, sou representante da Aprofem. Essa é uma causa que nós já vimos lutando há muito tempo, principalmente, abrindo espaços e falando para vocês - vocês já devem saber- a educação infantil na modalidade c, não têm. Eles dizem que a legislação não prevê. Só que a gente tem que pensar na seguinte situação: estamos vivendo tempos dantes nunca vividos e o que acontecia? Eu como professora de CEI a gente sabe, Claudete sabe, as meninas sabem, o CEI é o grande dedo duro da situação na vida familiar. Porque a gente está ali com uma criança e ao notar um comportamento atípico, diferente, a gente conversa com a coordenação. A coordenação fala com a família e a gente sugere aquele encaminhamento. Veio a pandemia. Na pandemia essas crianças ficaram em casa, depois ficaram com parentes, vizinhos, com pessoas que não promoveram desfraldes dessas crianças. Não se atentaram a essas situações e essas crianças chegaram no CEI sem laudo, mas com todas as necessidades a que elas têm direito de serem sanadas e tem direito para que se preocupem com essas necessidades. E uma delas, ao nosso ver, é a presença de um AVE no CEI. Se tem criança lá que necessita dele, ele tem que estar lá. Isso é uma coisa que tem de ser mudada. Porque não é dado o direito de AVE no CEI.

Só que é dado o direito de a família matricular a criança dela com necessidades especiais dentro do CEI. Então essa criança precisa que essas necessidades sejam sanadas, sejam resolvidas.

Outra questão que eu quero deixar bem clara aqui. Tenho estudado muito a educação inclusiva e a atuação da SPDM, vou dizer, precisa muito, muito ser levado a sério. Precisa muito, do que está no papel, seja cumprido, principalmente, a questão dos AVEs nas EMEFs - eu também sou de EMEF- e nas EMEFs, AVE é uma coisa que está só no papel. O estagiário de Cefai foi abolido, ou seja, não encontra mais.

Uma denúncia muito grave que eu vou fazer é referente a esses cursos que estão dando para os ATEs colocando em cima do ATE, do agente de apoio, do agente escolar incumbências que não estão, nem dentro da lei como Toninho acabou de falar, para o pessoal de saúde. Manuseio de sondas. Já entrei na Aprofem brigando com supervisor por conta disso, queria que a professora passasse sonda na criança. Isso não existe. Você vai no Coren, pega os pareceres de Coren, pode ver que isso é atribuição do enfermeiro. Dependendo do caso, nenhum auxiliar pode fazer. Então como que eles querem dar curso? Eu já fui testemunha de um curso de 30 minutos feito em boneco, para professora fazer em uma criança. Ela quase sofreu uma penalidade porque ela disse para o supervisor, na época: “Então tá. Eu vou lá, faço o curso de 30 minutos no boneco, o senhor vai comigo para o trocador, eu passo a sonda no senhor, depois eu vou para criança”.

A situação é essa. Tem de ter garra, força e brigar, realmente, pelo que está acontecendo, que não é justo. Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) - Obrigada Ione. Próxima oradora está *on-line*, Sra. Eliane Ferreira da Silva. Vai ser *on-line*? Eliane, você está bem? Fique à vontade. (Pausa) Eliane, você está escutando a gente? Está *on-line*, mas não se pronunciou? Bom, assim que a Elaine se pronunciar, a gente dá a palavra a ela. Então, vamos para as inscrições. Quem quiser se inscrever pode se inscrever aqui ao lado. Vou chamar virtualmente, pelo Regimento tem de chamá-las Rosicler Belau Alves, Carla Keuli, Aline Gonçalves Rosa, Elisangela Sonia Cruz da Silva. Agora vamos para os presenciais. Claudete Alves, do Sedin.

A SRA. CLAUDETE ALVES – Bom dia ao Vereador Toninho Vespoli, a companheira da Aprofem, todos e todas presentes, o Presidente do Sinsaúde, que eu preciso ter uma conversa séria com ele. Eu fiz questão... o Jefferson do Sinsaúde. Eu fiz questão de vir aqui a essa audiência pública, eu presido o Sedin, Sindicato dos Educadores da Infância, e eu fui Vereadora nessa cidade e eu aprovei leis, que se tivessem sido aprovadas, hoje nós não teríamos todos esses problemas cruciais que nós estamos enfrentando.

Então, eu já aproveito, Toninho Vespoli, para sugerir a você, tem um projeto meu, que pode ser de interesse inclusive de vocês e que mantinha, abria concursos e contratava auxiliar de enfermagem na educação infantil. Está lá prontinho, pode pedir o desarquivamento e aprovar, que vai ajudar bastante.

Em relação a esses profissionais tão importantes para educação, em especial, a educação infantil. Depois a nossa Secretária Geral, a Prof.^a Sheila vai falar, porque tem outros problemas que antecedem. Então o que ocorre? Primeiro a confusão de papéis: quem aplica a medicação? Quem aplica sonda? Quem tem de ter esses cuidados é o técnico de enfermagem, o antigo auxiliar de enfermagem. Os AVEs, que são importantíssimos, são, como disseram aqui, para auxiliar na alimentação, na troca, nessas questões. E aí, Toninho, o que a Secretaria Municipal de Educação faz: mascara o atendimento inclusive na rede municipal de educação.

Porque o Brasil é signatário de vários tratados que garantem a educação inclusiva. Então, eu finjo que garanto a matrícula e a permanência de qualidade para os alunos com deficiência, com alguma deficiência, e aí eu mascaro, então por isso que eu dou 10 minutinhos apenas para um AVE, que não tem essa função, que é a função - está aqui o Presidente do sindicato -, e ele sabe o quão é delicado todas as vezes que exigem que professores deem medicação. Nós vamos para cima chutando a porta e falamos: “Não vão”. Professor não vai passar sonda, mesmo para alimentar, não vai dar medicação, não vai medir febre, não vai fazer nada disso. Não pode jogar nas costas da educação coisas que são da saúde, coisas que são da assistência social.

Então, a Sheila vai trazer dados e vai entregar para o Vereador que preside essa

audiência pública, e eu quero reiterar meus cumprimentos, para dizer que o buraco é muito mais embaixo. Primeiro essa desvalorização que fazem com os contratados. É um absurdo a cidade mais rica do país pagar 1.500 reais para AVEs, dá 10 minutinhos de informação para passar sonda. Sonda, dependendo de como passa, mesmo a neonasal, sei lá, para alimentar, pode ocasionar óbito, pode ocasionar asfixia.

Então, a gente precisa exigir, principalmente na educação infantil, a presença dos senhores e das senhoras continua importante, é para ontem retomar o concurso, a contratação da figura do técnico de enfermagem, que era o antigo auxiliar de enfermagem. Toninho, desde as primeiras creches antes de nós fazermos todas as modificações, havia a figura, eles não extinguiram; mas as pessoas foram aposentando, e eles não mandaram mais. E isso é essencial, porque uma criança, dependendo do grau de febre, ela convulsiona. Então, até chamar ajuda, não é o AVE.

- Falha na transmissão. Transcrição prejudicada.

A SRA. CLAUDETE ALVES – Por fim, até para não ocupar todo o tempo da audiência pública, as companheiras também vão falar, eu queria também trazer um assunto muito grave. E acho que você, sendo professor, sendo da educação, tem que exigir que esta Câmara Municipal se posicione e cobre do Padula e dos representantes da Secretaria, pois é um absurdo não ter. Primeiro, confunde-se, porque AVEs não garante a inclusão, são auxiliares para troca e alimentação. Quanto aos PAEE, que os Cefai deveriam garantir na educação infantil, o Sedin tem lutado duramente e cobrado da Prefeitura. Na educação infantil, eles não mandam sob a alegação de que, na criança pequena, a precocidade do diagnóstico inviabiliza encaminhar ao profissional. Ora, porque a criança é pequena e o diagnóstico é precoce? Que conversa é essa? Porque o professor que está ali, Toninho, ele sabe; talvez seja o professor o primeiro profissional que descobre, antes da família, que aquela criança tem alguma deficiência. E como é (inaudível) da educação infantil, que eles ainda rejeitam cumprir o disposto na LDB, segundo o qual a educação infantil consiste na primeira etapa da educação básica e que a avaliação e o relato do professor podem suprir essa questão medicamentosa: “Olha, a criança é pequena, há

precocidade no diagnóstico; e, por conta dessa dificuldade de se diagnosticar, não se pode mandar o AVE”. Nós estamos exigindo a imediata garantia, por parte da Secretaria, de que os professores de educação infantil possam se inscrever no PAEE, porque, aí, não tem justificativa de não mandar. Nós temos centenas de professores que fizeram especialização na educação inclusiva, pós-graduação e tudo o mais; e, por uma arrogância, há uma resistência de aceitação, porque esse espaço é educacional. Quando se fala: “Ah, essa Câmara aprovou o assistente social na educação, psicólogo na educação”, não se fez o principal dever de casa, que é garantir o suporte técnico para os educadores, principalmente para os da educação infantil. Não é que as crianças na pós-pandemia apresentaram deficiência, mas a escuta e a observação agora possibilitam um diagnóstico dos profissionais de educação mais rápido. Aí, é precoce o diagnóstico para afirmar, mas o professor sabe qual é a criança diferente, que tem dificuldades.

Então, termino sugerindo que se desarquite esse projeto e que você, Toninho, fique com a coautoria, sem problema nenhum, para resgatar esse profissional, que é de fundamental importância. Ele não vai substituir o AVE, não vai substituir o PAEE, mas vai dar conta de uma segurança e uma qualidade na educação, tirando um peso das costas do professor. Acho que interessa muito, inclusive, ao presidente e diretoria do Sinsaúde e à categoria, forçar essa aprovação.

Minha contribuição é doar um projeto que, quando eu estava aqui, eu apresentei, mas não tive tempo de aprovar, porque tem que aprovar com as adequações necessárias. E que na contratação de AVEs esteja explícito o papel, a formação, a valorização. A carreira não pode ficar nessa precarização enquanto a Secretaria finge que garante uma melhoria no atendimento nas nossas escolas.

Quero parabeniza-los e me desculpar pelo alongamento das falas. Penso que é importante a educação infantil, a educação básica, que está asfixiada, porque tudo recai sobre as costas do professor. Não vão AVEs para a educação infantil, são muito poucos. A Secretaria promete, mas não vão AVEs. O número é insuficiente, precisaria ter uma qualidade melhor e com atribuições bem definidas e com formação condizente com o exercício da função. Muito

obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigado, Claudete. Próxima inscrita, *on-line*, Eliane Ferreira da Silva.

A SRA. ELIANE FERREIRA DA SILVA – Sou Eliane Ferreira, sou PAEE de uma escola da zona Leste, da região de Guaianases. Trabalho nessa unidade há quase três anos. Lá nós atendemos, em média, a 35 crianças com deficiência. Temos duas AVEs para dividir todo esse atendimento com mais de dez crianças precisando do atendimento delas.

Nesse ano, no período da tarde, nós estamos sobrecarregados, pois há muitas crianças que precisam ser trocadas e precisam de alimentação pastosa e higiene. E, no período da tarde, fica só uma AVE. Há poucos ATEs na escola para poder dar apoio. A unidade conta com pouco desse apoio. E é muito importante o papel das AVEs nas unidades.

Desde o início do ano, eu venho solicitando mais uma AVE no quadro. Estamos já indo para o final do ano e, até agora, nenhum sinal desse atendimento.

E aí eu me pergunto: Na hora do jantar deles, eu tenho que me dispersar da sala. Às vezes, estou em atendimento e não consigo. Aí tem que alguém ajudar a trocar as crianças e encaminhá-las para o transporte, tudo isso. E nós sabemos que é muito importante o trabalho das AVEs. Precisamos muito do apoio de todos, para que melhore esse quadro.

É isso que eu queria falar.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigado.

Tem a palavra a Sra. Sheila Mendes, do Sedin.

A SRA. SHEILA MENDES – OK. Bom dia a todos e todas. Meu nome é Sheila. Sou Secretária Geral do Sedin, Sindicato dos Educadores da Infância do município, e, fora do horário de trabalho, faço parte do Coletivo Vozes, e estamos aqui, num sábado, para dar voz a quem não tem voz.

Bom, o que acontece? Como a Claudete e o próprio Toninho disseram, existe uma política de inclusão na cidade de São Paulo, para fazer de conta. Está lá só no papel e aí o Sedin vem cobrando muito isso, muito. No dia 25 de julho, nós tivemos uma reunião com a Secretária

Executiva Maude e com a Simone, que é da parte pedagógica. E a gente quer lamentar muito - uma vez que se fala que a Secretaria Municipal de Educação tem uma política de inclusão - de não estarem, numa audiência pública, para conversarmos sobre como está esse atendimento inclusivo na nossa cidade. É um absurdo, é um absurdo.

É nos desrespeitarem e desrespeitarem as nossas crianças e os nossos bebês e estudantes. É um absurdo.

Então, eu trouxe para vocês aqui, porque, às vezes, a gente fala e dizem: “Ah, não, inventou. É boato”. Então, vamos lá. Dia 25 de julho, o Sedin teve essa reunião, em SME, e nós cobramos a figura do PAEE, do PEI, Professor de Educação Infantil, que tem a formação - e vários têm - em Educação Especial, para poder ser esse profissional que atende a essas crianças, num atendimento educacional especializado.

Nós tivemos da fala da Secretária Executiva Maude e da Simone que esses profissionais podem ser sim PAEE, que o PEI pode ser PAEE. Isso foi uma fala. Bacana. Então, nós vamos cobrar. Vinte e cinco de julho... Para a minha surpresa, eu sou professora na DRE Ipiranga e aí a minha gestão me mandou - eu deixo até com você, Toninho - uma circular, que foi enviada a todas as unidades escolares da DRE Ipiranga.

O que veio na circular, para quem não tem muito acesso? Vêm várias informações da DRE, como inscrições de atribuição de aulas, várias informações. Dentre elas, muito legal, e o Sedin até parabenizou a SME por isso. Está lá, no nosso *site*, um vídeo, que vem dizer assim. Eu vou mostrar para vocês que bonito. Esperem aí. Então, vêm várias informações, sobre a formação da cidade, bonitinho. Vamos lá. Olhem só. Gente, atenção. Vocês não vão conseguir ler, mas vocês estão vendo que há algo aqui diferente. Então, está escrito assim: “Atenção: os Professores de Educação Infantil, PEIs, poderão desempenhar a função de PAEE”. Está escrito aqui. E quem foi que escreveu isso? A SME, a DRE.

Para completar a informação, ainda fazem - olhem aqui - um aviso importante. Está escrito: “Foi autorizado o Professor de Educação Infantil, PEI, ser designado para Professor de Atendimento Educacional Especializado”. Parabéns para a SME. Era tudo o que a gente queria.

Está acontecendo? Não.

Várias demandas de várias DREs, Toninho, estão dizendo que o PEI não pode ser PAEE. E aí a gente fica com cara de trouxa, com cara de mentiroso e a SME está onde? Deveria estar aqui para dar explicação. Já mandamos ofício, já mandamos e-mail e já ligamos e ninguém resposta.

Mas que palhaçada é essa? Isso aqui não é uma rede? Rede. Todos deveriam trabalhar da mesma forma. Temos conhecimento que o Cefai do Butantã não sabe da informação. O Cefai de Guaianases não sabe da informação e o Cefai de Itaquera também não sabe da informação.

Ontem nós recebemos de Guaianases... Uma professora já passou pelo conselho de escola de uma EMEI para ser PAEE e não pode, porque não há regulamentação. O Cefai diz que não há regulamentação e não há designação, e ela é PEI. Tem formação. Qual é o problema? O problema continua sendo a discriminação com o PEI, continua sendo, e nós temos formação. Nós estamos aqui para atender a essas crianças e o objetivo maior é o atendimento a essas crianças.

Então, SME, vamos acordar. Vamos fazer papel que têm que ser feito, que é atender ao público. Então deixamos isso aqui.

A questão dos AVEs é isso mesmo. Nós precisamos de mais AVEs na red. É absurdo um AVE atender seis crianças. É absurdo! Completamente absurdo. Eu já tive criança com paralisia cerebral, eu sei o que é. Sei do que estou falando.

Obrigada e parabéns pelo trabalho de vocês. Contem conosco, porque nós vamos para cima, para que esse atendimento seja de verdade, porque papel aceita tudo. Muito obrigada.
(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) - Obrigado. Próximo a se manifestar é o Jefferson Caproni, do Sindicato da Saúde de São Paulo. Depois será o Sr. Valdomiro Marques do Fórum da Saúde.

O SR. JEFFERSON CAPRONI - Primeiramente bom dia a todos e a todas.

Cumprimento a Mesa em nome do nosso Vereador Toninho Vespoli. Bom dia a todos os trabalhadores e trabalhadoras, não só da Educação, como estamos vendo aqui, nessa apresentação. Saúdo também as companheiras Claudete e Sheila que nos antecedeu, pois a fala é muito importante, mas a prática também, daquilo que estamos vendo.

A partir do momento que você licita, aprova, regulamenta e coloca em uma escola um profissional, você tem responsabilidade ou corresponsabilidade enquanto Prefeitura, Secretaria Municipal de Educação, e da Saúde também. Até porque estamos aqui, sou o Jefferson Caproni, Presidente do Sinsaúde de São Paulo, que representa todas as categorias, o qual está desenvolvendo atividades no princípio em saúde, mas também de apoio.

Então assim: dentro de uma escola existe função para o cuidado e existe função para a enfermagem? Muito bom, mas elas precisam estar também ligadas às convenções coletivas do Sinsaúde, porque, na verdade, o direito vai socorrer não só na CLT, mas numa convenção coletiva que, nesse momento e nesse cenário, é muito importante dizer o que foi o pós-pandemia.

Nosso companheiro, o Vereador Vespoli sabe muito bem que atuamos junto na luta sobre a enfermagem num período muito importante que antecedeu a pandemia que era o princípio de saber o que significava o auxiliar e o técnico de enfermagem, e claro, também o enfermeiro, no Município de São Paulo, inclusive ditou a autoria a questão que encaminhamos a respeito do descanso da enfermagem. Porque o médico tinha o descanso, mas nós, enquanto categoria, não tínhamos. Isso foi uma iniciativa muito importante e hoje estamos vendo essa importância pós-pandemia.

E sobre a educação devo dizer que é serviço essencial e, dentro dela, sabemos que as mães e o pais deixam o maior bem, vital da sua família, que é o seu filho e sua filha aos cuidados da escola e eles precisam de saúde, por isso que eu entendo que essa pauta é muito importante, pois, muitas vezes, a própria CLT não permite que o seu pai possa estar com seu filho, acompanhando-o todos os dias em um tratamento médico. Inclusive dizendo que esse pai só pode ter um dia só de atestado, ou melhor, o restante do período é responsabilidade dele mesmo.

Então é louvável essa questão de trazer um AVE e a enfermagem em projetos, e até mesmo garantir esses serviços, pois foi colocado aqui pela Claudete: muitas dessas crianças já têm problemas em diagnósticos importantes, inclusive alguns que envolvem crises convulsivas.

Mas também não podemos ser omissos àquilo que está na portaria do Ministério da Saúde dizendo que essas trabalhadoras, como cuidadoras, tem um projeto lá no Congresso Nacional, que a gestão do nosso anterior Presidente da República, foi contra o cuidador ser, sim, uma cláusula, um item da saúde. Estamos vendo agora a modernização até do Agente Comunitário do Território ser da saúde. E por que não esses cuidadores, entrar nesse projeto da Claudete - como foi mencionado aqui - serem adicionados como projeto da autoria também do Vereador Vespoli - conforme encaminhamento agora - para que também seja um princípio importante.

Sabemos que esses cuidadores eram - e são - muito importantes e não existe reserva de mercado se formos discutir realmente. Já fui em conselhos regionais e federal de enfermagem, eu mesmo sou do Conselho Nacional de Enfermagem, e é um grande debate que trabalho, ou seja, uma equipe multi. E uma equipe multi, na verdade, é necessária.

Agora não podemos tratar esses trabalhadores que, hoje, são heróis ou heroínas, dentro da educação, como vilões, pois, na verdade, não cabe desconhecimento por uma organização social chamada SPDM, que é oriunda da saúde. Não dá para ela dizer que desconhece.

Inclusive é uma causa para trazer como encaminhamento e denúncia, pois sabemos, a partir de hoje, que a própria organização social mudou a nomenclatura desses profissionais, trazendo para eles a responsabilidade de ser, de fato, cuidador, e fazendo com que isso seja uma fraude jurídica, colocando na sua responsabilidade civil o criminal também, o que não pode acontecer.

E mais do que isso: desvio de função. Se esse trabalhador, hoje, está desenvolvendo isso, salvando vidas, na verdade, no cenário educacional, é muito importante dizer que, além de salvar, prestar serviço, tem de entregar isso como benefício e salário, porque, por mais que seja

uma OS, que falamos ser filantropia, ninguém vive de luz.

- Manifestação na plateia.

O SR. JEFFERSON CAPRONI - Obrigado. E nenhum desses trabalhadores estão aqui sem ter a sua dignidade garantida. Então o serviço é importante, além disso, entrou na nossa pauta agora, porque a partir do momento que mudou a nomenclatura, é responsabilidade do Sinsaúde SP também, junto com o Vereador. Conte conosco, porque essa causa realmente é nobre, inclusive sobre a insalubridade.

Esses trabalhadores estão realmente atendendo supostos pacientes porque, muitas das vezes, quando a mãe entrega o seu filho, ela fala: “Olha ele está em tratamento médico”, e aí a gente entende que o local se torna insalubre. Nós sabemos que se realmente desenvolvermos um projeto, um encaminhamento importante nesta Casa, nós vamos sair com algo muito superior a isso, fazendo com que essas profissionais sejam regulamentadas para tratar desse serviço; sempre lembrando que a enfermagem, que a equipe multidisciplinar com certeza não tem preocupação com isso, porque isso não significa o direito vai ser retirado ou substituído, mas fazer com que, cada vez mais, haja necessidade de pessoas capacitadas para cuidar da nossa família.

Hoje eu saio daqui também com o encaminhamento ao Vereador sobre o desvio de função e os itens da nossa cláusula social e econômica, que as senhoras e senhores deveriam estar recebendo; entre eles, acabamos de aprovar para todas as mulheres ou profissionais de apoio à saúde a questão da auxílio-creche de 350 reais. Além disso, o vale-refeição dos profissionais da SPDM, que está em descumprimento; a todos eles, igual a todas as OS, deveriam estar sendo pagos 29 reais. Apresentamos essa questão na nossa convenção coletiva, em uma mesa permanente com a Secretaria da Saúde, já que é ela a corresponsável por contratar as Organizações Sociais.

O Direito não socorre aqueles que dormem, e nós não estamos aqui para negociar a dignidade do trabalhador. Então, contem conosco, Vereador, para lutarmos juntamente com as nossas companheiras em defesa desses trabalhadores. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Jefferson, seria bastante que você estivesse presente quando formos conversar com o Secretário. Por favor, deixe seu telefone com um assessor meu para entrarmos em contato.

O próximo orador é o Sr. Valdomiro Marques, do Fórum de Saúde.

O SR. VALDOMIRO MARQUES – Bom dia a todos e a todas. Na pessoa do Presidente Toninho Vespoli, cumprimento a Mesa e a companheira da Aprofem.

Agradeço a Claudete pela fala, porque temos percebido um desmonte, e a ausência do Poder Público, da Secretaria aqui é justamente para justifica-la. Fingem que fazem política pública enquanto a categoria está na ponta se esforçando, tentando realizar a política pública que não tem ressonância. Justamente por isso estão ausentes hoje.

Todos nós sabemos da importância das AVEs, mas, como disse bem o Jefferson Caproni, o desvio de função está muito bem esclarecido, já que elas não são profissionais da saúde e sim Agente de Vida Escolar. Por isso, peço ao Vereador Vespoli e ao Caproni que, por favor, se debrucem sobre isso, porque a ausência deles tem muito a ver com a permanência das trabalhadoras nas unidades. Quero dizer com isso que existe uma prática muito comum das empresas parceiras de fazer demissões desrespeitosas: quando os trabalhadores e as trabalhadoras se manifestam em busca dos seus direitos, em busca de condições de trabalho e em prol da realização, de fato, de uma política pública, que é um direito de todos e um dever do Estado, eles realizam demissões.

Eu quero dizer a toda categoria que qualquer demissão que venha a acontecer, por favor busquem, além do Fórum de Saúde dos Trabalhadores, o mandato do Vereador Toninho Vespoli e Sinsaúde, presidido pelo Caproni, porque medidas têm que ser tomadas em prol de qualquer trabalhador e trabalhadora que neste momento estejam buscando ser ouvidos. Como bem disse a companheira há pouco, este é o momento de darmos voz a esses companheiros e companheiras, que estão sendo demitidos por qualquer motivo.

Ao mandato do Vereador Toninho e ao sindicato fica o pedido de proteção a esses trabalhadores e trabalhadoras no sentido de que a eles possa ser dada voz para reivindicar,

porque não estão aqui reivindicando somente para eles, mas em prol da prática de política pública. Para isso, no entanto, são necessárias condições de trabalho e dignidade no trabalho, que diz respeito ao salário e tudo mais que o componha.

Portanto, que de fato possamos fazer com que esses trabalhadores e trabalhadoras, cada vez mais, tenham voz não só na cidade de São Paulo, mas no país inteiro.

Era isso. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Professor oninho Vespoli) – Obrigado, Valdomiro.

A próxima oradora é a Sra. Gisele de Almeida.

A SRA. GISELE DE ALMEIDA – Bom dia a todos os presentes e a todos que não puderam comparecer presencialmente, mas estão nos acompanhando de casa e do trabalho.

Apesar de muito se falar sobre leis, direitos e deveres, a minha fala vai ser direcionada à minha categoria

Temos como base desse encontro a Lei Federal nº 13.146/2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, o Estatuto da Pessoa com Deficiência. A função do Auxiliar de Vida Escolar é parte do Plano Municipal da Educação da Cidade de São Paulo, que atende à Lei Municipal nº16.271/2015 e as diretrizes da atual Política Municipal de Educação.

Somos parte importante do serviço de apoio dessa educação inclusiva. Na letra fria da lei, somos profissionais responsáveis por oferecer suporte intensivo aos estudantes matriculados nas CEIs, EMEIs, EMEFs e CIEJAs – Centros Integrados de Educação de Jovens e Adultos - com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento que não tenham autonomia para as atividades de alimentação, higiene e locomoção. Mas, em nossas rotinas diárias, alimentação não consiste apenas em dar de comer. O momento da alimentação é o momento de estabelecer uma relação de confiança. Se a deficiência é a paralisia cerebral, esse aluno terá dificuldade para a mastigação e deglutição e é a AVE que irá orientar o pessoal da cozinha para que o aluno ou aluna possa ter conforto e sentir prazer durante a sua refeição como qualquer outra pessoa normal, seja alterando a consistência dos alimentos ou até mesmo a disposição da

comida no prato, no caso dos autistas, para driblar os casos de seletividade alimentar.

A nossa simples presença no refeitório, com os nossos alunos, já estabelece a prática da socialização com os demais alunos e funcionários, seja nos cuidados, na solicitude e no respeito com os alunos e alunas com deficiência.

A higiene estabelece a segurança. No momento de vulnerabilidade e de intimidade, o momento de olhos nos olhos transmite muito mais sentimentos, mesmo que a estudante ou o estudante não consiga verbalizar uma única palavra. Uma canção que se canta, uma historinha que se conta faz com que aquela criança confie e nos ajude a avaliar as possibilidades de aprendizado, no caso de um desfralde.

Sim, somos cuidadoras e educadoras para a vida dos nossos alunos. Recebemos formações técnicas periódicas para avaliar os limites e projetar, com a equipe técnica do projeto Rede e a coordenação pedagógica, como iremos ajudar os nossos alunos a superar os próprios limites e, na medida do possível, serem autônomos em suas necessidades básicas.

Na locomoção, com a exceção dos cadeirantes, cabe a nós, AVEs, supervisionar e treinar os nossos alunos e alunas para caminharem sozinhos, com segurança e liberdade. Esse aprendizado produz reações positivas, principalmente nas crianças que, como quaisquer outras, querem pular, correr e poder brincar.

A rotina de AVE não é preencher uma simples ficha de informações. É treino, é repetição e o cuidado, a prática da teoria que muitos pais e familiares desconhecem por falta de informação. Por isso, o nosso apelo para que os órgãos parceiros, o Cefai que, infelizmente, não está aqui, e o NAAPA, que é o Núcleo de Apoio e Acompanhamento para Aprendizagem, estejam em constante monitoramento dos acompanhamentos dos alunos da rede pública. A maioria das crianças e dos adolescentes são SUS dependentes as famílias não estão encontrando atendimento no serviço público de saúde. E todos entendemos que crianças com deficiência física ou com transtornos mentais sem acompanhamento terapêutico não progridem em suas habilidades. É importante que a educação e saúde estabeleçam uma relação efetiva de comunicação, mesmo que seja através de relatórios de observação, acompanhamento e

orientação dos alunos de maneira individual para que o projeto Rede, coordenação pedagógica das escolas e as equipes de saúde pensem juntos como executar planos e ações que estimulem os alunos e deem suporte e orientações para as suas famílias.

Estamos recebendo relatos de AVEs que são as únicas pessoas no apoio que ficam responsáveis por gerenciar as crises comportamentais de alunos de suporte nível III, e estes, geralmente, estão sem acompanhamento terapêutico adequado, e quando recebem uma negativa ficam desorganizados e extremamente agitados. Em alguns casos, arremessam objetos ou tentam agredir fisicamente a AVE. Mesmo que seja uma reação não intencional, o risco existe. Mas os casos não estão tendo a atenção esperada.

Aproveitando o momento, fica aqui o nosso apelo para a Comissão de Saúde desta Casa, com as Comissões Extraordinárias dos Direitos Humanos e da Cidadania e da Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente para que visitem os equipamentos de saúde como os CAPS I/J, os CERs – os Centros Especializados em Reabilitação -, as UBSs e verifiquem as filas de espera para avaliação e vagas de terapias. A alta demanda da saúde mental nas periferias e a falta de equipe multidisciplinar nos equipamentos públicos de saúde prejudicam a socialização e a aprendizagem dos alunos com necessidades especiais.

Só fazendo um adendo ao que a Claudete disse, eu sou mãe de quatro filhos e um deles tem TDAH, e a professora da EMEI na época – hoje ele tem 24 anos – me chamou a atenção para uma série de questões, da dificuldade que ele tinha dentro de sala de aula. É como foi falado aqui: nós, às vezes, em nossos afazeres domésticos, em nossa rotina da dona de casa, não percebemos as diferenças e foi uma escola, foi uma professora de EMEI que me chamou a atenção para a questão do meu filho e o meu filho demorou quase oito anos para ser diagnosticado – isso, lá na década de 90.

Então, eu agradeço a oportunidade, Sr. Vereador e todos que estão aqui para nos apoiar. Que isso seja só o começo, para que tenhamos em mente que não estamos pedindo nada demais. É um pouco de dignidade para nós, para essas crianças que nós assistimos, para esses adolescentes que nós assistimos e para os familiares também.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Muito obrigado, Gisele, por sua contribuição.

Roberta Nicolau da Silva.

A SRA. ROBERTA NICOLAU DA SILVA – Bom dia a todos.

Quero agradecer pelo apoio de vocês; ao Toninho, pela oportunidade de estarmos lutando por nossa causa, mas não somente por isso, pela inclusão.

Eu vou dar alguns relatos que eu já vivenciei e vivencio na escola diariamente. Atualmente eu trabalho em uma EMEF. Quando entramos na empresa, nos foi passado, em uma integração, que teríamos seis alunos por período – seis de manhã e seis à tarde. E que seguiríamos uma lista. Independente da criança ter laudo, algumas não entram nessa lista, e não sei quais são os requisitos deles. Mas o que ocorre que no dia a dia não é isso. Eu vejo algumas AVEs relatarem que têm cerca até de 20 crianças, às vezes, para uma ou duas AVEs. E como a colega acabou de ressaltar, o momento que temos para participar, para nos aproximarmos do aluno geralmente é na hora da refeição.

Eu sou prova viva, estou numa EMEF que de manhã, às vezes, chego a ficar com oito alunos, porque eles não veem os alunos de apoio, para eles o que conta são os da lista. Mas atualmente a gestão, coordenação, também levam isso para eles, mas é uma coisa que eles não dão muito ouvido, muito olhar para isso. Então, às vezes, chegamos a questionar por termos de dar um apoio maior para certas crianças, não estamos nos negando a auxiliar todos esses alunos, independente de um laudo, de estarem na lista ou não, mas infelizmente não conseguimos dar todo esse suporte.

Por exemplo, na hora do almoço, 11h, eu tenho oito alunos, sendo dois cadeirantes. Então, como vou dar suporte para todos, é bem difícil. Quando entrei nessa unidade, entendo também que não é função de um AVE, eles podem sim auxiliar, mas quando entrei nessa unidade, deixaram todas as crianças para nós, para mim no caso, então é muito difícil. E como a colega falou, às vezes, uma criança entra em crise por ouvir um não, ou por não ter a

medicação, ou acompanhamento correto. E quando ocorre, onde estou, por exemplo, foi um combinado, quando a criança estiver em crise, vamos tentar ligar para a mãe, ver um meio, tentar um suporte, para ver o que podemos fazer, mas lá não é o que ocorre. Quando uma criança está em crise, a gestão não quer saber, eles jogam para a gente, a criança fica lá em crise.

Recentemente, uma aluna minha sentiu dor de cabeça, a gestão se negou a ligar para os pais. Então, pergunto, até onde vai a inclusão? Não é só pela nossa luta, está correto um aluno porque está em crise ficar fora de sala? Será que não tem um erro? Como vamos fazer para incluir essa criança, para que se sinta ambientada dentro da sala de aula. Então, se a criança não quer ficar dentro da sala de aula, está tudo bem ela andar o dia inteiro pela escola? Isso é inclusão? Para mim não é.

Mas muitas vezes na escola queremos passar isso e não podemos, temos medo de represália, do que vai acontecer se reclamarmos. Muitos não querem dar ouvido, mas também não podemos passar isso para a família. Então, está correto o aluno ficar fora de sala o dia inteiro por que ele não quer estar naquele ambiente? Tem algo errado, o que está acontecendo que aquele aluno não está se sentindo parte da escola? E nos perguntamos, onde está o erro? Será que somos nós, será que são os professores, o que está acontecendo? Cefai, nos ajude, nós precisamos ver com a família o que está acontecendo, suporte, para essa criança poder ter um apoio regular, medicação, porque a fala da escola é: essa criança toma medicação, essa criança tem acompanhamento, mas quando vemos que não é um aluno faltante, que está sempre em crise, o que está acontecendo?

Também estamos aqui para lutar pela melhoria do nosso salário, do nosso VR, como já foi falado pela colega. Estamos dando o nosso melhor, e deixar bem claro que não estamos nos negando a cuidar desses alunos, nós sofremos junto com eles.

Agradeço a oportunidade. É só isso.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigado, Roberta, você trouxe uma questão que achei importante, às vezes, em minhas conversas, escutei assim: o Cefai demora muito para dar resposta. Mas também quando visitamos a estrutura do Cefai,

vemos que tem pouca estrutura, pouco RH.

Então, acho que para o Cefai funcionar melhor, tem de ser mais estruturado, ter mais profissionais para conseguir chegar e ter uma relação mais frequente com vocês. Esse também é um debate para levarmos quando formos conversar com o Secretário, dizer que não há condição de o Cefai ter a estrutura que tem, porque não consegue dar as respostas necessárias, principalmente nas unidades escolares. Esse é outro ponto para levantarmos, porque às vezes, do mesmo jeito que imagino, há muita gente que não entende o trabalho de vocês, há muita gente que nunca foi até o Cefai, nem sabe qual é a sua estrutura. E, às vezes, apontamos as deficiências do Cefai, mas temos de levar em conta que há poucos funcionários que estão correndo bastante, porque a estrutura está equivocada do mesmo jeito que a estrutura de vocês está equivocada, precisaria ter outro tipo de AVE que fosse aplicar, sei lá, o projeto da Claudete, um auxiliar de enfermagem. Mas também o Cefai tem de se reestruturar para ser mais robusto, porque senão vocês vão continuar com esse mesmo problema porque não é culpa deles. É falta de pessoas e não conseguem dar conta.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Quando eu estava na sala de aula, sou servidor público, mas estou como Vereador há nove anos, em média, nas escolas que passei, havia três, quatro estudantes de inclusão. Hoje, vamos nas escolas, são 18, 20, 25, 30, quer dizer, cresceu muito, só que a estrutura cresceu quase nada. Até cresceu, mas cresceu muito pouco, já era insuficiente antes, hoje está mais insuficiente ainda a estrutura do Cefai. Então, acho que é um debate para fazermos com o Secretário.

Próxima oradora, Karen Aparecida Leite.

A SRA. KAREN APARECIDA LEITE – Bom dia a todos, meu nome é Karen, sou AVE há seis anos. Primeiramente quero agradecer a oportunidade de podermos demonstrar o nosso trabalho e também falar sobre ele, que não é fácil.

Como todos relataram, eu só vou concluir algumas coisas. Por exemplo, nosso salário, nosso VR, nosso VA, a distância, porque na verdade não somos apenas duas, 10, 30,

100, AVEs, somos acima de duas mil, mas onde estão essas AVEs? Se demitiram porque não temos um salário digno para o nosso trabalho. Como as meninas mesmo falaram, a gente não cuida só de seis. Este ano, após a pandemia também, muitas crianças saíram de escolas particulares e vieram para a Prefeitura, então houve um aumento muito grande, o que está pesando demais, não é fácil. A gente tem autista, tem *down*, tem paralisia, tem cadeirante, e não é fácil.

Quem come hoje em dia com 18 reais? Acho que ninguém; porque, dependendo do local aonde você vai, uma coxinha custa praticamente 10 reais; um refrigerante é cinco; com três reais, você compra um doce de abóbora, um de amendoim. Não é isso, gente? Não é verdade? Então, não existe almoço de 10, 15, 18 reais; ninguém come com esse valor. E outra, a gente não tem acesso a um local na escola que nos propicie levar uma marmita, não temos, porque a gente recebe o VR.

Sobre a distância, quando a gente foi contratada eles falaram que a gente trabalharia o mais próximo das nossas casas. Por quê? Empresa nenhuma quer gastar com condução. Mas isso não está acontecendo. Após a pandemia, por exemplo, eu estou trabalhando em um local onde eu levo uma hora para chegar, sendo que eu trabalhava há 10 minutos de casa. Tenho colegas que moram na zona Norte e estão na zona Sul; da zona Leste, que estão trabalhando na zona Norte; e assim por diante.

A gente também quer ser reconhecido, porque quem faz a inclusão na escola é a gente, AVE. A gente ensina essas crianças a serem independentes, como saber ir ao banheiro, comerem sozinhas. Não é a gestão da unidade escolar que faz isso, mas as AVEs. Então, eu queria que trocasse o nome na carteira de trabalho, porque eu acho que a gente não é cuidador de idoso, porque a gente faz muito mais do que cuidar de idoso. Como as meninas já relataram, tem agressão, um monte de coisa. Eu mesma já fui agredida, perdi minha visão do lado direito devido a agressão de uma criança.

Tudo o que puderem lutar pelas AVEs, a gente será muito bem agradecida. AVEs não são meninas que ficam no corredor sem fazer nada, como muitos dizem. A professora acha

que a criança está chorando, chama a AVE para pegar a criança; “ah, não quer ficar dentro da sala de aula”, toma AVE. É bem puxado. Por isso, a gente quer ser reconhecida como AVE, e não como cuidador de idosos.

Que eu saiba, o salário de um cuidador é de 3 mil reais; e a gente só recebe 1,5 mil reais. Espera aí: 1,5 mil está na carteira; mas, com os descontos, o pagamento é de mil reais, ou nem isso. Então, é difícil. Não se faz mais nada com esse valor. A gente quer ser reconhecida como AVE, quer melhoria no salário, melhoria em tudo, respeito também, principalmente, porque ninguém trabalha sem respeito, tanto da gestão, como dos professores.

AVE é uma profissão gostosa, a gente ama o que faz, porque a gente aprende demais com as crianças a cada dia. Então, a gente quer ser reconhecida. E agradeço a oportunidade que a gente tem de demonstrar isso. Não é fácil, mas é gratificante. O que é mais gostoso é quando chega no final do ano e a criança vai embora, vai mudar de unidade, e ela vem te dar um abraço agradecendo o que você faz; é muito gratificante. Eu mesma já ganhei vários presentes, abraços, até choro de mãe que chega e fala: “Se não fosse você, meu filho não estaria bem assim”.

A gente precisa ser reconhecida, precisa de valores, precisa de melhoras; não só as AVEs, mas todos, porque a gente é humano e digno do que a gente faz.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Perto da Câmara, você não come com menos de 40 reais, um refrigerante e um almoço.

Mais algum inscrito para falar? Gente, primeiro, tenho que ressaltar que beira o desrespeito o fato de a SME não ter mandado o pessoal do Cefai para esta audiência pública. É um desrespeito com as nossas AVEs, com a nossa rede, com esta audiência pública e com a Câmara Municipal; pois é o tratamento que o Executivo oferece ao Legislativo. Ou seja, o que interessa a eles, comparecem; e o que não os interessa, eles não vêm. Então, é um desrespeito com a Câmara Municipal, com as instituições, porque o Legislativo é um dos poderes da nossa democracia.

Por isso, vamos marcar uma reunião primeiro com o Secretário de Educação, para a qual ficam convidadas as entidades que quiserem participar; basta falar com a assessoria. E, claro, uma comissão de AVEs, para depois a gente conversar com eles. E acho que vamos levar algumas questões já abordadas por vocês.

Vocês têm que ter melhores condições de trabalho, não dá para fazer do jeito que dá, porque é um desrespeito com vocês; mas é um desrespeito maior ainda com os nossos estudantes, porque eles têm que ser tratados com dignidade, e não com qualquer jeitinho.

Outra questão: eles sempre falam assim: “Ah, mas a legislação é isso”, “Ah, seis? Ai, não é todo mundo”, “Ah, lá tem 20?”. É isso que eles falam para mim. “Ah, lá tem 20?”. Mas nem todos precisam de um cuidado... porque eles têm certa independência, então conseguem, às vezes, fazer a própria higiene, se alimentar, uma série de coisas. Mas seis já é um absurdo, ainda mais quando tem estudantes com deficiência severa.

Eu fui a uma unidade em que a AVE tinha praticamente que ficar o tempo todo, mas o tempo todo, somente com uma criança, porque ela se jogava no chão e poderia se machucar. A AVE tinha que ter um cuidado enorme. E as outras cinco que estavam também junto com a AVE? Não tem condição de a AVE trabalhar desse jeito. Não dá para falar: “Tem uma portaria, o padrão é seis”. Não, se a portaria é errada, a portaria tem que mudar.

Eu acho que é isso que temos que debater com o Secretário nessa reunião. Não dá, as pessoas são diferentes, cada uma com a sua subjetividade e não podem ser tratadas de forma igual, ainda mais quem tem deficiência tipo 1, tipo 2 e tipo 3. Elas têm que ser tratadas de forma diferente. É um direito. E é um direito de vocês ter a condição de tratar bem aquelas crianças; e, para isso, vocês não podem estar com uma quantidade tão grande.

Fora isso, eu sempre aconselho – e o sindicatos podem falar melhor que eu – que não façam desvio de função. Não é porque a direção falou que vocês são obrigados a fazer. Na portaria consta seis? “Ah, atenda 7, 8, 10, 12”. Você vai falar assim para a direção: “Eu atendo. Faça por escrito para mim”. Eu duvido que a gestão vá fazer por escrito. Ela não vai fazer porque ela sabe que não pode e que está pedindo alguma coisa para você que não deve. Então, não

precisa brigar, basta falar “Eu faço, mas coloque para mim no papel que você está me pedindo isso”. Certo? Orientem as suas amigas a fazerem isso.

Eu até entendo a gestão, até entendo os professores, porque está todo mundo sobrecarregado, vamos ser honestos. Faltam recursos humanos na unidade escolar, em todas as áreas; falta ATE. Falta um monte de coisa. Então, na hora do vamos ver, vamos ser honestos, a vida real como ela é, cada um tenta jogar um pouco o B.O. para o outro. Não é assim que funciona a vida? Só que, quando fazemos isso, respaldamos as mazelas que o Secretário acaba impondo para a nossa rede quando dá um jeitinho. Então, não deve se dar um jeitinho, porque o negócio tem que estourar, para o Secretário tomar atitudes para resolver o problema.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Claro, claro, aqui, nós estamos...

A SRA. SHEILA MENDES – Sobre essa questão do CEI, nós tivemos uma reunião no início do ano com a Secretaria Municipal de Educação e questionamos: “por que não tem o AVE no CEI?” E, absurdamente, escutamos da professora que está lá, a Profa. Sueli – e eu gosto de dar nome aos bois, é bom –: “Não, mas não precisa de AVE no CEI porque o PEI já troca e já dá comida”. Eu falei: “Como é que é?” Eu falei: “Pelo amor de Deus, retire essa fala”, professora, porque fica feio a Secretaria Municipal de Educação ter uma fala dessa em relação a uma criança com deficiência, a um bebê com deficiência. Alimentar uma criança com paralisia cerebral é completamente diferente de alimentar uma criança dita normal. É um absurdo uma fala como essa. É para vocês verem o nível que estamos batalhando. Dizer que não tem AVE no CEI porque o PEI já dá comida e já troca é absurdo. Completamente absurdo. (Palmas)

O SR. IVAN FERREIRA SANTOS DE CARVALHO – Parabéns. Eu estava querendo falar também. Vou fazer coro.

Bom dia a todas e a todos.

Para quem não me conhece, sou o Ivan, do Movimento Caravana da Educação, junto com o Carlos, com o Kombi, com o Toninho também. Nós, que somos do chão da escola,

tentamos fazer essa melhoria. E a AVE é uma função que é muito precarizada.

Eu também sou filiado ao Sedin.

E, corroborando a fala que a Sheila trouxe, o que acontece? A Secretária Municipal de Educação, que mais uma vez não está presente, assim como não esteve presente na audiência pública na sexta-feira, sobre os desvios de verba nos CEUs privatizados, com administração do Instituto Baccarelli; mas, por acaso, o governo veio na audiência pública da quarta-feira que visa privatizar ainda mais e precarizar a educação. Então, eles estão vindo só quando convém, só quando é projeto de lei do governo.

E essa questão que a Sheila trouxe em sua fala é um absurdo ainda maior, se tratarmos da questão pedagógica e dos avanços, até intelectuais e acadêmicos, que a categoria conseguiu nesses últimos vinte, trinta anos. E nós, inclusive, na gestão da Marta Suplicy, saímos da assistência para a educação, para a parte da educação infantil, e conquistamos, dentro do campo da educação infantil, essa indissociabilidade do cuidar e educar; e a pedagogia das infâncias, inclusive, ampliando a ideia para os primeiros anos do fundamental. E o que acontece?

A Secretaria Municipal de Educação, assim como no projeto nefasto de residência pedagógica que tentaram passar na quarta-feira, está se utilizando do avanço do campo científico na área para falar da indissociabilidade do cuidar e educar para negar a função de AVE.

Então, por que na EMEI, nos quatro e cinco anos, onde também está a indissociabilidade do cuidar e educar, pode ter AVE; e, no CEI, do zero aos três anos, não pode?

O que estamos vendo acontecer? O Movimento Caravana da Educação faz muitas visitas no chão da escola. E falo como o Ivan que visitou o CEI do Caminho do Mar.

Lá, uma família na Justiça ganhou o direito do seu bebê ter o atendimento. Então, a gente está tendo unidades da rede municipal de São Paulo de zero a três – o Centro de Educação Infantil, CEIs, que, mesmo que a Secretaria de Educação teime em não colocar, as famílias estão ganhando na Justiça.

O que acontece é que o processo é moroso, muito devagar. Só que isso vai acontecer porque é justo. É uma causa digna das próprias crianças que têm esse direito na Constituição e

toda legislação permite que as famílias tenham esse direito com relação aos seus filhos, e o Executivo se nega por uma questão – e vou colocar a questão de classe que é muito pertinente. E nós defendemos esse recorte de que a sociedade está dividida em classes sociais, e a gente entende que o Estado controlado pela burguesia como é neste momento pelo Ricardo Nunes. Ele se nega porque, basicamente, são crianças pobres que estão sendo atendidas. É um duplo direito que está sendo negado.

A gente já vem avançado nisso na Constituição e nas leis para ser atendido só que, por conta de uma omissão do Estado, ele prefere privatizar e lucrar em cima. Quando ele não privatiza para lucrar em cima, se omite, se nega a prestar esse direito que o bebê com deficiência na educação pública tem.

E, para finalizar, a gente no município de São Paulo sabe que é olhado por diversos outros municípios na questão da política pública, inclusive, a questão da privatização infantil; só que a gente não olha para os municípios que estão ao nosso lado para vermos a política que eles já estão exercendo.

Vou trazer a questão de Diadema que já tem, inclusive, uma função específica para isso. A gente fica olhando como eles estão lidando com essa questão na gestão Felipe, com a questão da inclusão. Têm políticas sérias mais avançadas do que um cargo privatizado, precarizado, como a própria Karen colocou e outras companheiras, que não tira, muitas vezes, um salário-mínimo, se for olhar todos os descontos que colocam em folha. É um absurdo.

Eu parablenizo, mais uma vez, o mandato por essa iniciativa. A gente tem que erguer a voz mesmo. É muito importante a categoria das AVEs estarem se articulando para conquistar, cada vez mais, os seus direitos.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Vocês vêm na mesa o pessoal da Aprofem, Sedin, todo mundo falando e batalhando por essa questão de ter AVEs no CEI e vamos falar a verdade: por isso está todo mundo sobrecarregado. Quanto um professor de CEI – depende de que agrupamento que ele está, mas – quantas crianças ficam na responsabilidade

dele? É muita criança. Teria que diminuir também a quantidade. É uma briga dos sindicatos e de vários mandatos.

Imagine, como o Ivan falou, tem uma criança com paralisia cerebral, e aquele professor que já está com muita criança tem que alimentar no CEI, ainda vai pegar uma criança dessa. Não tem nenhum sentido isso se a própria Justiça está reconhecendo. Ficaria mais bonito para uma Prefeitura que tem 30 bilhões em caixa. Não é pouca coisa. Sem dívida nenhuma, fazer o que é digno: reconhecer o direito daquela criança do CEI de ter AVE.

Acho que essa questão é importantíssima. Deve servir para um debate profundo na Secretaria. Os sindicatos estão fazendo, os mandatos, mas quanto mais gente fizer pressão, mais rápido, vamos conseguir. Devemos orientar os pais das crianças, mães, avós, famílias, a entrarem na Justiça. É moroso, mas, enquanto a Secretaria não faz o que é o digno, pelo menos, essas famílias estarão ganhando na Justiça.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Fale ao microfone, por favor.

Para que fique registrado.

A SRA. NÃO IDENTIFICADA - Bom dia a todos. A gente viu o relato de vocês.

Parabenizo todos vocês na presença do nosso Presidente pelo excelente trabalho.

Eu sou advogada do Sindicato da Saúde, represento o nosso Presidente Jeferson Caproni, e nós vamos entrar com uma denúncia no Ministério Público e, posteriormente, faremos uma Ação Coletiva.

Vou ler a reivindicação de vocês para que, se tiver mais alguma coisa, relatem – até preciso que também documentem isso por escrito no nosso canal de denúncias, porque preciso de todas as denúncias formalizadas para levar a uma mesa de negociação. Isso vai além – o trabalho de vocês, a representação profissional, mas o que é mais bonito de vocês é que não estão lutando por vocês. Estão lutando por aquelas crianças que não têm o atendimento multidisciplinar; não têm o atendimento médico, sendo que a Prefeitura poderia ter feito um convênio com o SUS para que o médico fosse nas escolas, medicasse aquelas crianças.

Teve uma moça que me falou que ficou cega de um olho porque a criança a agrediu porque não estava sendo medicada. A mãe não leva a criança ao médico. A gente sabe que a mãe, muitas vezes, ganha um salário-mínimo e tem mais quatro filhos. Se ela faltar ao trabalho, aqueles quatro filhos não vão comer. Então, ela leva para a escola. E fica na mão de vocês.

Esse é um problema de saúde pública, de calamidade pública.

Nós, como sindicato, na pessoa do nosso Presidente, a luta de vocês também é a nossa luta. Defendemos muito os PCDs, as pessoas que estão à margem da sociedade. Então, o nosso sindicato, a partir de hoje, comprou a briga de vocês.

Eu vou ler o relatório que fiz. Se tiver alguma coisa, eu quero que vocês incluam, mas, também, preciso que vocês entrem no nosso canal de denúncia; escrevam tudo isso, porque vou precisar de tudo documentado, porque vou mandar ao Ministério Público; a gente vai notificar as autoridades, e, depois, conduzir uma ação judicial.

Se eu entrar com uma ação judicial sem construir todas essas provas, a gente vai ser mais um que a Prefeitura vai chegar... Pode ser que lá no Ministério Público a gente resolva, como nós resolvemos a ação, quando 1.100 trabalhadores do contrato do IABAS foram demitidos. Eles trabalharam na covid e, da noite para o dia, foram demitidos sem receber um real. O nosso Presidente ficou 30 dias na porta do IABAS, depois na porta da Prefeitura sem comer, encheu a caixa de mensagem da Secretaria de Saúde, nós também enchemos a caixa de mensagem do Promotor, até que ele ligou para a gente e falou: "Para, eu vou atender vocês". Foi luta, foram 60 dias de luta e daí todos os trabalhadores receberam a rescisão. Uma trabalhadora, infelizmente, não aguentou e ela tirou a própria vida, porque a mãe chegou em casa e ela não tinha dinheiro para comer. Nós fizemos todo o nosso papel sindical, 1.100 trabalhadores tiveram a sua rescisão.

Por isso a luta do sindicato não é fácil. Às vezes, o pessoal fala: "Ah, mas o sindicato..." Nós estamos há um ano na gestão. O nosso Presidente Jefferson Caproni está há um ano na gestão. Pegamos um sindicato que não era defendido por trabalhadores. Ele também é técnico de enfermagem, é trabalhador como vocês, trabalha no Alvorada e há um ano nós

temos lutado incansavelmente pelo sindicato. Quatro advogados, mais de 200 ações coletivas, a gente não para um minuto. A equipe, às vezes, está exausta, trabalha sábado e domingo para que a gente traga mais do que justiça, que a gente traga equilíbrio para a sociedade.

Eu vou ler a luta de vocês e a gente vai junto, gente. Não é uma coisa fácil; para a gente ouvir, todos vocês vão ter que atuar, a gente vai ter que fazer um grupo de conversas, a gente vai ter que trazer para a população, vamos levar para a mídia.

Muito obrigada, Vereador, pelo senhor também estar aqui num sábado, trabalhando. O senhor também é professor, sabe que não é fácil, mas a luta é briga. Por isso todos nós vamos ter que fazer uma corrente de ações para que a gente possa chegar, talvez não no melhor, mas a cada dia vamos caminhar um passo, para que vocês realmente tenham a dignidade que vocês merecem.

Parabéns para vocês. O que mais a gente ama é lutar pelas pessoas nessa condição. Inclusive no nosso sindicato, teve uma pessoa PCD, e a gente trabalhou para que a equipe recebesse essa pessoa. Vocês estão trabalhando para que essa criança seja recebida na comunidade, vocês sabem que ela não é recebida nem na escola onde ela está, nem pelos amigos, nem pelas professoras, e elas são excluídas mesmo. Teve uma profissional que também, nesta semana, foi trabalhar numa vaga PCD, não tinha escada, mandaram ela embora. Eu entrei com ação, conversei com aquela UBS, com a organização social e pedi para que tivesse acessibilidade.

A luta é grande. Nós estamos numa sociedade que ainda as pessoas são descartáveis e nós vamos ter que mostrar, através de toda a nossa luta, que é possível. O sindicato é uma ponte e vocês são o elo.

Vou ler o que eu anotei e, se eu não anotei tudo, peço que vocês me ajudem, porque eu fui anotando conforme vocês foram falando. (Palmas)

Primeiro: vocês estão registrados como cuidador de idosos. Vocês não são cuidadores de idosos. A gente vai notificar o Ministério Público, depois entrar com a ação coletiva, para que vocês sejam registrados com a função que vocês têm: auxiliar de vida escolar.

As crianças. Atendimento multidisciplinar para as crianças, com acompanhamento médico, um técnico de enfermagem para as crianças com complexidade, e que vocês sejam reportados com relatório dessas crianças. Olha, é capaz de vocês já serem formados em medicina, porque vocês estão criando a tese para cada criança. Ninguém chegou e falou: “Olha, essa criança precisa disso, daquilo...” Vocês vão fazendo o melhor como profissional. A experiência de vocês tem que ser transportada para o mundo. Talvez até as psicólogas terapêuticas não tenham a vocação de vocês.

O conhecimento de vocês é rico, a gente entende isso, mas vocês também têm que se reportar, precisam ter esse contato, vocês sentem falta e às vezes ficam até inseguros com alguma criança, que vocês tentam, mas não conseguem porque cada ser humano é único. É isso também que vocês precisam? E a nossa Prefeitura tem toda condição de fazer isso. Como tem o médico de família, podemos ter o médico que vai para a escola para verificar isso, o médico da escola. A gente já criou a denominação.

Segundo: *ticket* refeição no valor de 18 reais. Não tem condição de comer nem uma coxinha. Um *ticket* digno.

Terceiro: vocês falaram que estão sendo realocados, transferidos para uma região longe, sendo que tem uma pessoa perto. Colocação nos lugares perto da residência de vocês. Porque acabam distribuindo uma pessoa lá para longe, quando tem uma perto; sem reconhecer, sem valorizar, sabendo da condição de vocês. Aí há falta de reconhecimento. É isso também? Certo.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. ADVOGADA DO SINSAÚDESP – É isso aí. E outra coisa: o salário de vocês, que é de 1.550 reais para uma responsabilidade... que não está de acordo com o mínimo exigido.

O que mais, gente? O que eu anotei foi isso. O salário; o *ticket* refeição; a profissão, porque vocês estão sendo registrados indevidamente, não está de acordo; as crianças que não estão sendo diagnosticadas, acompanhadas; o relatório; a falta de inclusão também, a sensibilidade da equipe, porque o professor... que a inclusão está sendo feita assim: quem é

especial fica fora e vai lá e aí vocês veem o que faz, quem não é especial fica aqui comigo que eu dou aula. A falta de interação também, uma capacitação para que os professores se interajam com vocês, para que aquela criança seja incluída na medida que vocês conseguem colocar, na medida que vocês sabem a criança que pode ser incluída, e mesmo assim eles não aceitam.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Posso fazer um adendo nesse quesito? A gente da educação sempre tem que trabalhar a unidade das pessoas que trabalham em qualquer repartição pública. Por exemplo, tem os ATEs, que é o pessoal do quadro de apoio, que às vezes olha e fala assim: “Ah, a gestão nos causa problema, a gestão é nossa patroa, a gestão às vezes comete assédio, a gestão não sei o que lá”.

Claro, existem pessoas e pessoas, existem gestões maravilhosas, claro que vai ter uma gestão que é problemática. Mas o que a gente tenta é conversar com todos os segmentos que trabalham na unidade. A gente é um corpo só, a gente é um corpo só e a gente tem que trabalhar a unidade, porque o problema é o sistema, é o sistema. Então por quê? Porque para o sistema, se o quadro de apoio estiver em uma posição, a gestão estiver na outra e o professor estiver na outra, só vai dividir e eles vão comandar.

Porque eu tenho certeza, se a gente conversar com as ATEs, pode ter algum caso que o professor faça isso, mas eu tenho certeza que boa parte dos professores toma conta da situação. Eu visito unidades escolares e eu vejo, por exemplo, uma criança com deficiência na diretoria, ou andando pela escola, eu já vi isso. Mas a maioria não, a grande maioria... A gente não pode generalizar porque senão os bons profissionais pagam às vezes pelo mau. E aí a gente vai ajudar o Governo a criar essas rupturas, essas divisões na unidade que só vai beneficiar ele, então tem que tomar um pouco de cuidado no trato dessas questões.

A SRA. NÃO IDENTIFICADA – É, então a gente poderia por um processo de trabalho com a equipe multidisciplinar, que a gente quando a gente tem uma equipe multidisciplinar, que eu entendo que vocês fazem parte, que é o médico, o professor, todo mundo que está com aquela criança para que (ininteligível) processo trabalho, uma reunião para poder fazer essa inclusão. Porque, pelo que eu vi, vocês não são ouvidos, vocês não têm vozes. Que vocês

tenham vozes para trabalhar nessa parte. É isso, gente?

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. CLAUDETE ALVES – (Fora do microfone) – (Ininteligível) a título de colaboração. Eu acho que tem duas questões postas. Por exemplo, tem as companheiras ATEs que reivindicam proteção (*sic*) sindical pelas questões postas, no que se refere ao direito e tudo mais. Essa é uma questão.

A outra questão, só para a gente... porque você vai construir uma intervenção no Ministério Público e tudo mais, é uma questão, por exemplo, nossa, dos professores, dos educadores que são obrigados a ficar com essas crianças em salas superlotadas e sem a figura do ATE na educação infantil. Isso é uma coisa que a gente tem questionado, governado e denunciado.

Eu só proporia não misturar, porque senão o próprio Ministério Público – não é, Toninho? -, eles nem... E o próprio Judiciário. Então eu, assim, até porque nós somos sindicalistas, eu sugeriria para até agilizar a questão, fazer uma denúncia no Ministério do Trabalho de que estão sendo desrespeitadas questões trabalhistas. Não são cuidadores de idosos, então precisava ver...

Aí, por exemplo, o mandato do Toninho junto com vocês, para ver a questão do contrato, quem contrata, quem é o guarda-chuva desse contrato, contratou em que bases, quais são os direitos negados. E aí, sim, para a gente apartar, senão poderá, se coloca tudo no mesmo caldeirão... Por exemplo, você falou da figura do médico. A Secretaria de Educação não tem estrutura para ter, no seu quadro, o médico, porque falta professor, falta ADE, falta estagiário...

A SRA. NÃO IDENTIFICADA – Então, mas a saúde é direito de todos, ela pode perder um convênio.

A SRA. CLAUDETE ALVES – (Fora do microfone) – Só que a minha preocupação, a minha intervenção é uma sugestão para pensar, para vocês verem se acatam, tudo bem, para facilitar. Se a gente coloca numa peça reunião com médico, tal, não tem essa figura. Mesmo porque já tem essa coisa da obrigatoriedade das UBSs, das unidades de saúde atenderem as

crianças das escolas, então isso é uma coisa. Nós não temos a figura do médico para sentar e discutir. É só nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Não tem esse cargo na Prefeitura, teria que criar cargo. E, mais ainda, é uma discussão que a gente faz, Claudete, assim, a gente também não pode transformar as nossas unidades educacionais em UBS. Se a UBS funcionar bem, porque teria projeto de colocar fisioterapeuta na unidade, colocar médico, de colocar... Estão transformando as nossas unidades básicas...as nossas unidades educacionais em UBS. O problema é que a UBS, o sistema não funciona bem e aí as pessoas querem corrigir. Só que aí você pega dinheiro da educação para pagar a saúde e aí você cada vez mais vai ter o quê? Aí não vai ter dinheiro para pagar as ATEs, porque você está tirando dinheiro cada vez mais da educação e colocando em outras áreas, entendeu?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. NÃO IDENTIFICADO – Você me permite um aparte? Doutora vai me permitir um aparte porque, assim, nós estamos aqui na verdade enquanto trabalhadores. Eu não estou fazendo a discussão pública da política pública, até porque tem gente bem paga para tratar desse assunto. Eu quero saber quem vai atender esses trabalhadores.

O Vereador está provocando algo que alguém deveria estar fazendo acima dele, que é o Executivo. Agora, se vai pagar com a moeda dos AVEs aí tem de ampliar. O que nós estamos vendo é que, além do desvio de função desses trabalhadores, deixou claro que são competentes e capacitados.

Eu entrei nesta sala vendo algo que talvez poderia ser uma denúncia, realmente, muito mais grave. Talvez trabalhadores que não seriam competentes para a questão. Quando eles explanam e fazem a fala aqui mostram que são capacitados, estudaram e estão competentes. Só que não estão sendo pagos para isso.

Agora o que tem de ser feito... é muito mais grave do que nós pensamos, Vereador. Isso é muito importante. Nós não queremos fazer da escola uma UBS, mas também não queremos fazer da escola pública aquilo que já tem na privada, como nós sabemos.

Um exemplo é o da área da saúde, porque nós temos alguns hospitais e Santas Casas que têm creche dentro da nossa unidade, ou seja: ou ele dá a creche interna ou ele paga o auxílio creche. Isso nós já temos. Não significa que o hospital tem de ser escola, mas nós temos lá porque são famílias também. Uma hora eu tenho a capa do trabalhador em outra tenho a capa da sociedade.

Eles estão substituindo, porque eles mesmos falaram que têm empatia, porque numa hora são trabalhadores e na outra são mães e pais. O que eles querem é dar acessibilidade. A adversidade, hoje, é uma pauta internacional.

Eu estava agora, em Genebra, na OIT, discutindo essas questões, que é a dignidade, educação e saúde caminhando juntos. Temos de entender que esse serviço é necessário e agora é uma preocupação que temos de assumir. A gente precisa realmente falar, porque agora estão expostos esses trabalhadores.

Amanhã é muito fácil extinguir esses cargos. Não é isso que queremos. Inclusive, tem de colocar, a partir de hoje, através da coragem demonstrada na denúncia que têm de dar estabilidade para esses trabalhadores porque a voz deles é a voz das famílias. (Palmas)

Da mesma forma como há princípios para os Agentes Comunitários, tem de ser encaminhado que tem de ser pelo território. Não é mudar ou mandar embora para contratar de novo, é só colocar no local onde elas moram, onde vivem e fazer a mudança. Porque se colocar agora, são mais de 1.300 trabalhadores expostos que estão dizendo que, para dar garantia e segurança, é só ajustar a questão que envolve o item da descrição de atividade delas.

Na verdade, elas estão aqui, é muito maior que isso. Agora tem que discutir. Por isso a formação desta mesa, o Vereador está colocando que é necessário manter permanentemente, junto aos movimentos sociais para que, realmente, a gente ajuste o plano de trabalho, cargos e salários delas. Isso vai ser necessário.

O Ministério Público vai ser sim provocado, mas será em conjunto com os movimentos sociais que estão aqui, com o sindicato e com a figura do nosso Vereador Vespoli. Só com união a gente vai conseguir mudar. Não serão somente os trabalhadores que vão ganhar

com isso, mas a sociedade desassistida que se chama pai e mãe.

Eu escrevi muita coisa. Mas em breve a gente vai discutir junto, numa próxima audiência que o Vereador vai, com certeza, provocar. Mas quero agradecer, verdadeiramente, pelo empenho. À nossa advogada, que também é mãe, passa pela situação de muitos aqui que são PCDs. A gente está defendendo isso, não só na figura de cargo, mas sim daquilo que somos enquanto sociedade. Parabéns.

Deixo claro mais uma vez que a organização social filantrópica SPDM trata de saúde, então que pague o valor disso também, mesmo que seja em escola. Temos uma cláusula social e econômica, convencionada na data-base de maio, que tem de ser atendida para vocês também, que é o mínimo. Mas além do mínimo, tem que garantir muito mais. A profissão é importante, mas também conta a questão trabalhista dessas profissionais.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigado. Estou entendendo quanto a encaminhamento como que a gente pode avançar.

A gente pode conversar sobre a possibilidade de regulamentar a profissão de vocês. Nós podemos conversar com um deputado federal. Tentar uma conversa com o Boulos, por exemplo, tentar que ele entre com um projeto em Brasília para regulamentar a profissão. Isso é uma possibilidade. De repente, a gente poderia marcar uma reunião com algum assessor *on-line* para ver se eles topariam entrar com o projeto.

Outra coisa, é a reunião com a Secretaria, quem quiser participar, seria bom que o pessoal do Sedin, Aprofem e o SindSaúde estivessem presentes, com a comissão de vocês e a gente leva o debate na Secretaria, que deveria ter acontecido aqui.

A terceira coisa, eu acho que seria entrar no Ministério. Eu concordo só com a Claudete que há coisas, talvez, que caberiam mais ao Ministério Público quando se trata de direitos trabalhistas. Eu acho ainda que outras como a questão de diminuição de quantidade, de AVEs, que acho que é condição de trabalho. Talvez a gente poderia pensar em duas peças.

Mas aí a expertise da advogada, com os nossos sindicatos, já podia pensar isso e já

encaminhar alguma coisa assim.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Isso. Tudo bem? Podem ser esses encaminhamentos? Está bom.

Quem quiser ir conosco, me falem o contato. Não sei se do Sedin vai ser a lone, deixe o telefone conosco. Não sei se vai ser o SindSaúde, se vai ser mesmo o Caproni. Aí a gente decide isso.

Lá, depois, vocês tiram um grupo entre vocês, duas ou três AVEs que queiram ir. Vocês decidem, depois nós pegamos os contados.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – O Ed Carlos estará ali anotando os telefones, não sei se temos o telefone da lone, por exemplo, quem puder deixar o telefone ali para depois nós avisarmos.

Acho que foi bastante produtiva a reunião. Demos encaminhamentos concretos para avançarmos.

Declaro realizada a audiência pública. Parabéns a todas AVEs do município de São Paulo. Encerro os nossos trabalhos.

Muito obrigado. (Palmas)